Maria João Ribeiro de Araújo, contribuinte com o número fiscal 108542319, portador do Bilhete de Identidade n.º 7865058, emitido pelo Arquivo de Identificação de Lisboa a 13 de Outubro de 1989, e residente na Avenida Brasil, 835, 5.º, 4150 Porto.

4 — Critérios de avaliação do bem

Dada a especificidade dos bens a integrar no património da nova sociedade e para além da verificação física no local, o estado de conservação e dos valores tributados, foi obtida uma avaliação de um perito/avaliador que exerce funções em entidades públicas (Câmaras Municipais e Repartições de Finanças) tratando-se de pessoa experiente e de reconhecida edoneidade. Os valores atribuídos tiveram em conta a característica específica dos prédios, a sua localização e o valor presente de rendimentos futuros, a taxas de capitalização adequadas para o efeito, e, relacionando o valor obtido com dados de transacções de propriedades com características semelhantes ou comparadas.

Tudo devidamente ponderado estamos de acordo com os métodos utilizados por aquele perito/avaliador os quais conduziram ao valor global dos bens, descritos nos pontos 3.1.1 a 3.1.28, de cinquenta e dois milhões e seiscentos mil escudos que consideramos correcto e reportado à presente data.

5 — Correspondência entre o valor atribuído ao bem e o valor do capital a realizar.

Face ao exposto, é nossa convicção de que os bens que constituem as entradas em espécie com que a sócia Maria João Ribeiro de Araújo, vai realizar o valor nominal da sua quota de cinquenta e dois milhões e seiscentos mil escudos foi avaliado pelo justo valor e atinge o valor nominal de respectiva quota.

6 — Foi dado conhecimento aos sócios que este Relatório de Verificação tem validade de 90 dias.

23 de Abril de 1996. — Ribeiro, Pires & Sousa, SROC, representada por Rui Alberto Machado de Sousa, ROC n.º 668.

Está conforme.

3 de Junho de 1996. — O Ajudante, José Guilherme Cerqueira Martins. 3000217910

PORTO — 3.ª SECÇÃO

PREDIAL ESTAÇÃO — SOCIEDADE DE MEDIAÇÃO IMOBILIÁRIA, L.ª

Conservatória do Registo Comercial do Porto, 3.ª Secção. Matrícula n.º 06805/967223; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 26/960223.

Certifico que entre Jacqueline Libânia Augusta da Silva Amaro Coelho Dominguez e Henrique Lobato Dominguez foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato:

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a firma Predial Estação — Sociedade de Mediação Imobiliária, L.ª, e vai ter a sua sede na Avenida do Dr. Domingues dos Santos, 68, e Avenida Fabril do Norte, 819, subloja AA, freguesia da Senhora da Hora, concelho de Matosinhos.

§ único. A sociedade poderá estabelecer filiais, sucursais ou agências onde e quando o julgar conveniente e poderá deslocar a sua sede por simples deliberação da gerência.

ARTIGO 2.º

O objecto social consiste em mediadora oficial, compra e venda bens, direitos e imóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de quatrocentos mil escudos e corresponde à soma de duas quotas do valor nominal de duzentos mil escudos, pertencendo uma ao sócio Henrique Lobato Dominguez e pertencendo outra à sócia Jacqueline Libânia Augusta da Silva Amaro Coelho Dominguez.

ARTIGO 4.º

Os sócios poderão fazer à sociedade os suprimentos e prestações suplementares de que ela carecer, nas condições de juro e reembolso acordados em assembleia geral quanto aos suprimentos, sendo aquelas prestações até ao limite de dez milhões de escudos.

ARTIGO 5.º

A gerência social, remunerada ou não, conforme vier a ser deliberado em assembleia geral, fica afecta aos dois sócios.

§ 1.º Para que a sociedade fique validamente vinculada em todos os seus actos e contratos, será necessária, obrigatória e suficiente a assinatura de apenas um gerente.

ARTIGO 6.º

É expressamente proibido aos gerentes, obrigar a sociedade em quaisquer actos e contrato estranhos aos negócios sociais, tais como letras a favor, fianças, abonações e outros actos semelhantes.

ARTIGO 7.º

A divisão e cessão de quotas entre os sócios, é livremente permitida, porém, quando a favor de estranhos carecem do consentimento do sócio não cedente, ficando reservado o direito de preferência, primeiro para a sociedade e depois para os sócios.

ARTIGO 8.º

Por falecimento ou interdição de qualquer dos sócios, a sociedade continuará com os sobreviventes ou capazes e os herdeiros do falecido ou legal representante do interdito, devendo aqueles nomear um de entre si que a todos represente enquanto a quota se mantiver em comunhão hereditária.

ARTIGO 9.º

No caso de dissolução da sociedade, todos serão liquidatários e entre si procederão à partilha e liquidação dos bens sociais, conforme comum acordo, no entanto, por falta daquele, serão os referidos bens entregues aos sócios que melhor preço e condições oferecerem.

ARTIGO 10.º

As assembleias gerais para as quais a lei não preveja outras formalidades, serão convocadas por meio de cartas registadas e enviadas aos sócios com pelo menos quinze dias de antecedência.

Disposição transitória

Para fazer face às despesas com esta escritura, respectivo registo, publicações e ainda a aquisição de mobiliário, máquinas e equipamentos necessários à instalação de serviços da sociedade, nos termos do disposto na alínea b) do artigo 202.º do Código das Sociedades Comerciais, os gerentes ficam desde já autorizados a proceder ao levantamento total da importância depositada na União de Bancos Portugueses, S. A.

Está conforme.

29 de Fevereiro de 1996. — O Ajudante, (Assinatura ilegível) 3000218007

SANTO TIRSO

CONSTRUÇÕES ANDRAGOS, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Santo Tirso. Matrícula n.º 3244/950619; identificação de pessoa colectiva n.º 503446300; inscrição E-1; número e data da apresentação: 4/950619.

Certifico que o contrato de sociedade cujo registo supra se menciona é do teor seguinte:

No dia 31 de Maio de 1995, no Porto e 5.º Cartório Notarial, perante mim, o notário, licenciado António José de Sousa Ribeiro Simões, compareceram como outorgantes:

1.º Dr. Rui Manuel Corucho Duarte Morais, que também usa o nome de Rui Duarte Morais, casado, natural de Coimbra (Sé Nova), Coimbra, residente na Avenida do Dr. Antunes Guimarães, 700, no Porto, que outorga na qualidade de procurador de:

a) Karl Ernst Ludwig Gerhard Thiele, que também usa Gerhard Thiele (contribuinte fiscal n.º 1200129), natural da Alemanha, onde reside, em 94538 Fuerstenstein, Drosselweg 4, de nacionalidade alemã, casado, em separação de bens, com Maria Dorothea Franziska Wilhelmine Thiele;

b) Karl August Georg Hermann Thiele, que também usa Karl August Thiele (contribuinte fiscal n.º 1200130), solteiro, maior, natural da Alemanha, onde é residente, em 94538 Fuerstenstein, Drosselweg 4, de nacionalidade alemã;

c) Alois Paternoster (contribuinte fiscal n.º 1200131), natural da Alemanha, onde reside, em 94469 Deggendorf, Itzlinger Strasse 19, de nacionalidade alemã, casado, em comunhão de adquiridos, com Ingrid Margarete Martha Paternoster;

d) Erwin Alois Schnellendorfer, que também usa Schnellendorfer Erwin (contribuinte fiscal n.º 1200132), natural da Alemanha, de nacionali-

dade alemã, casado, em comunhão de adquiridos, com Anne-Liese Schnelldorfer, que também usa Anneliese Schnelldorfer, residente em 94526 Metten, Mettener Strasse 36, Alemanha;

Com poderes bastantes para este acto, o que verifiquei pelas fotocópias de três procurações e respectivas traduções, que arquivo.

2.º Agostinho Andrade da Silva (contribuinte fiscal n.º 167797441, bilhete de identidade n.º 3234562, Lisboa em 2 de Abril de 1990), natural de Areias, Santo Tirso, casado, em comunhão de adquiridos, com Emília da Assunção Ribeiro de Oliveira Andrade, residente no Lugar de Matos, Areias, Santo Tirso.

3.º José Andrade da Silva (contribuinte fiscal n.º 194860671, bilhete de identidade n.º 3234561, Lisboa, 23 de Janeiro de 1995), natural de Areias, Santo Tirso, onde reside, no lugar de Matos, casado, em comunhão de adquiridos, com Gracinda da Conceição de Sousa Alves da Silva.

Verifiquei a identidade do primeiro por conhecimento pessoal, a dos restantes por exibição dos bilhetes.

Declararam: que constituem, entre os representados do primeiro, o segundo e o terceiro, uma sociedade comercial, sob a firma de Construções Andragos, L.ª, com sede no lugar da Aldeia Nova, freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso, o capital social de seis mil contos, a qual se regulará pelo contrato de sociedade, elaborado em documento complementar, nos termos do artigo 78.º do Código do Notariado.

ARTIGO 1.º

A sociedade adopta a denominação Construções Andragos, L.ª, e tem a sua sede no lugar de Aldeia Nova, freguesia de Areias, concelho de Santo Tirso.

ARTIGO 2.º

A sociedade tem por objecto a construção e reparação de edifícios e a compra e venda de imóveis.

ARTIGO 3.º

O capital social, integralmente realizado em dinheiro, é de seis milhões de escudos, encontrando-se dividido nas seguintes quotas: uma no valor nominal de um milhão de escudos, pertencente a Karl Ernst Ludwig Gerhard Thiele, outra no valor nominal de um milhão de escudos, pertencente a Karl August Georg Hermann Thiele, outra no valor nominal de um milhão de escudos, pertencente a Alois Pateroster, outra no valor nominal de um milhão de escudos, pertencente a Erwin Alois Schnelldorfer, outra no valor nominal de um milhão de escudos, pertencente a Agostinho Andrade da Silva e outra no valor nominal de um milhão de escudos, pertencente a José Andrade da Silva.

ARTIGO 4.º

1 — A gerência compete a um ou mais gerentes designados por deliberação maioritária da assembleia geral.

2 — A sociedade obriga-se com a assinatura de um gerente ou de um procurador, neste último caso nos precisos termos do respectivo instrumento de mandato, e sempre na obediência às deliberações do sócio.

3 — Valendo como primeira deliberação de todos os sócios, ao abrigo do disposto no artigo 54.º do Código das Sociedades Comerciais, fica, desde, já, nomeado gerente, sem remuneração, salvo deliberação em sentido inverso da assembleia geral, o sócio José Andrade da Silva.

ARTIGO 5.º

A remuneração e as obrigações dos gerentes serão regulados por um contrato de gerência a ser aprovado pela maioria dos sócios. Os procuradores exercem funções a título gratuito, auferindo apenas ajudas de custo.

ARTIGO 6.º

1 — A cessão de quotas a terceiros depende sempre da aprovação da assembleia geral, gozando os sócios de direito de preferência na sua alienação, na proporção das respectivas quotas.

2 — O cedente deve comunicar aos outros sócios, por carta registada com aviso de recepção, o nome e a residência do cessionário, o preço convencionado, o prazo e o modo de pagamento, bem como quaisquer outras informações de interesse para o negócio.

3 — Os sócios que pretendam exercer o seu direito de preferência devem comunicar a decisão ao cedente no prazo de 30 dias a contar da recepção da carta deste, sob pena de preclusão deste direito de preferência.

4 — A alienação ou cessão de quotas a um sócio ou a herdeiros de um sócio não carece da autorização dos restantes, tendo apenas que lhes ser comunicada por carta registada.

ARTIGO 7.º

1 — A sociedade poderá amortizar quotas quando, por qualquer motivo, deva proceder-se à sua arrematação ou adjudicação judiciais, ou quando a quota seja arrolada, arrematada, penhorada ou incluída em massa falida ou insolvente e, ainda, no caso de exclusão de um sócio.

2 — No caso do disposto no número anterior, a sociedade pagará ao sócio o valor nominal da sua quota e a parte correspondente ao fundo de reserva legal, ou o valor que resultar do último balanço aprovado, devendo o pagamento ser dividido em quatro prestações semestrais sem juros, vencendo-se a primeira sessenta dias após a deliberação de exclusão do sócio.

3 — Os sócios poderão adquirir as quotas amortizáveis na proporção das respectivas participações sociais.

ARTIGO 8.º

Em caso de morte de um dos sócios, a sociedade continua com os seus herdeiros. Por cada sócio falecido só pode ser admitido na sociedade um representante dos herdeiros.

ARTIGO 9.º

1 — Até ao dia 31 de Março de cada ano terá lugar uma assembleia geral ordinária para deliberar sobre o fecho das contas e a aplicação do lucro líquido.

2 — Sem prejuízo das formalidades imperativamente exigidas por lei, as assembleias gerais serão convocadas por cartas registadas com aviso de recepção expedidas aos sócios com a antecedência mínima de 15 dias úteis.

3 — Os sócios podem-se fazer representar nas assembleias gerais da sociedade por qualquer terceiro, sem as limitações constantes do artigo 249.º, n.º 5, do Código das Sociedades Comerciais.

ARTIGO 10.º

1 — Anualmente será dado balanço com referência a 31 de Dezembro.

2 — Os lucros líquidos apurados, deduzidos 5% para a reserva legal e as importâncias que a assembleia geral, sem qualquer limite, deliberar afectar a outras reservas ou à realização de outros fins ou interesses da sociedade, serão distribuídos pelos sócios.

ARTIGO 11.º

1 — A sociedade dissolve-se por acordo de três quartas partes dos votos correspondentes ao capital social ou nos casos previstos na lei.

2 — Dissolvida a sociedade a assembleia geral nomeará os liquidatários, sendo a liquidação feita nos termos por ela deliberados.

ARTIGO 12.º

Os sócios autorizam os gerentes ou seu procurador, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 4 do artigo 202.º do Código das Sociedades Comerciais, a efectuar levantamentos da conta aberta no Banco Português do Atlântico para o pagamento, designadamente, de rendas, salários, maquinarias, equipamentos, despesas de instalação e gastos anteriores ao registo da sociedade, tendo como limite a totalidade do capital depositado.

10 de Abril de 1996. — O Ajudante, *Anibal Manuel da Costa Martins*.
3000217955

VILA DO CONDE

RAMOS, CAMPOS & FILHO, L.ª

Conservatória do Registo Comercial de Vila do Conde. Matrícula n.º 02708/20000619; inscrição n.º 1; número e data da apresentação: 13/17072000.

Certifico que foi constituída a sociedade em epígrafe, que se rege pelo seguinte contrato social:

ARTIGO 1.º

1 — A sociedade adopta a denominação Ramos, Campos & Filho, L.ª, tem a sua sede na Travessa das Lages, 73, da freguesia de Guilhabreu, do concelho de Vila do Conde.

2 — A sociedade é uma sociedade civil sob a forma comercial de sociedade por quotas e rege-se nos termos do Decreto-Lei n.º 336/89, de 4 de Outubro, e em particular pelas disposições do artigo 3.º do referido diploma.